

Descortinando a Dislexia na Escola

Josilane Castelo Branco de Oliveira

Facultad Interamericana de Ciencias Sociales

Resumo: Este estudo teve como objetivo discutir o transtorno específico de aprendizagem conhecido como dislexia no ambiente escolar. Foram abordados dois aspectos principais: a inclusão de estudantes disléxicos no ensino regular e as intervenções pedagógicas que podem ser promovidas, visando apoiar esses alunos em seu processo de aprendizagem. A fundamentação teórica buscou compreender a dislexia por meio da literatura existente, além de analisar as legislações e documentos que orientam a inclusão de estudantes diagnosticados com dislexia no ensino regular, identificando intervenções que favoreçam seu desenvolvimento escolar. A metodologia adotada foi de caráter qualitativo, utilizando a técnica de pesquisa bibliográfica, com a finalidade de revisar e examinar a literatura sobre o tema. As análises se concentraram em trabalhos qualitativos, partindo do referencial teórico previamente estabelecido. Foram selecionados estudos, entre dissertações de mestrado e teses doutorais e publicadas de 2019 a 2023. Os trabalhos considerados elegíveis para esta pesquisa foram aqueles que realizaram levantamento de dados por meio de entrevistas estruturadas e pesquisas documentais. Os resultados indicaram que o entendimento dos educadores a respeito da dislexia é superficial, o que dificulta a elaboração de planos de aula e a criação de atividades, além de complicar o processo de inclusão desses alunos no ensino regular.

Palavras-chave: Dislexia. Intervenção pedagógica. Inclusão.

Recebido em: Maio. 2024; Aceito em: Out. 2024

DOI: 10.56069/2676-0428.2024.519

Pesquisa em Contextos Diversos: Diálogos Acadêmicos

Novembro, 2024 v. 3, n. 23

Periódico Multidisciplinar da FESA Educacional

ISSN: 2676-0428





Unveiling Dyslexia at School

Abstract: This study aimed to discuss the specific learning disorder known as dyslexia in the school environment. Two main aspects were addressed: the inclusion of dyslexic students in regular education and the pedagogical interventions that can be promoted, aiming to support these students in their learning process. The theoretical foundation sought to understand dyslexia through the existing literature, in addition to analyzing the laws and documents that guide the inclusion of students diagnosed with dyslexia in regular education, identifying interventions that favor their school development. The methodology adopted was qualitative, using the technique of bibliographic research, with the purpose of reviewing and examining the literature on the subject. The analyses focused on qualitative studies, based on the previously established theoretical framework. Studies were selected, including master's dissertations and doctoral theses and published from 2019 to 2023. The studies considered eligible for this research were those that carried out data collection through structured interviews and documentary research. The results indicated that educators' understanding of dyslexia is superficial, which makes it difficult to develop lesson plans and create activities, in addition to complicating the process of including these students in regular education.

Keywords: Dyslexia. Pedagogical intervention. Inclusion.

Desvelando la dislexia en la escuela

Resumen: Este estudio tuvo como objetivo discutir el trastorno específico del aprendizaje conocido como dislexia en el ámbito escolar. Se abordaron dos aspectos principales: la inclusión de los estudiantes disléxicos en la educación regular y las intervenciones pedagógicas que se pueden promover, con el objetivo de apoyar a estos estudiantes en su proceso de aprendizaje. La fundamentación teórica buscó comprender la dislexia a través de la literatura existente, además de analizar las leyes y documentos que orientan la inclusión de los estudiantes diagnosticados con dislexia en la educación regular, identificando intervenciones que favorezcan su desarrollo escolar. La metodología adoptada fue cualitativa, utilizando la técnica de la investigación bibliográfica, con el propósito de revisar y examinar la literatura sobre el tema. Los análisis se centraron en estudios cualitativos, basados en el marco teórico previamente establecido. Se seleccionaron los estudios, incluyendo disertaciones de maestría y tesis doctorales y publicados desde 2019 hasta 2023. Los estudios considerados elegibles para esta investigación fueron aquellos que realizaron recolección de datos a través de entrevistas estructuradas e investigación documental. Los resultados indicaron que la comprensión de los educadores sobre la dislexia es superficial, lo que dificulta el desarrollo de planes de lecciones y la creación de actividades, además de complicar el proceso de inclusión de estos estudiantes en la educación regular.

Palabras clave: Dislexia. Intervención pedagógica. Inclusión.

Introdução

A presença de estudantes diagnosticados com transtornos de aprendizagem, como a dislexia, tem se tornado cada vez mais comum nas instituições educacionais. Ao longo dos anos, diversos estudos têm se dedicado à investigação desse transtorno e seus potenciais consequências para os alunos, especialmente na ausência de intervenções adequadas. Segundo o DSM-5 (2013), a dislexia é um transtorno específico de aprendizagem que se revela por meio de dificuldades na identificação de palavras, na decodificação e na ortografia. Se não for identificada nos primeiros anos escolares, pode ser erroneamente interpretada como desinteresse por parte da criança, resultando em sérias consequências.

No Brasil, existem legislações e diretrizes, tanto de nível nacional quanto internacional, que garantem não apenas a inclusão de alunos disléxicos no ensino regular, mas também asseguram o direito a um acompanhamento especializado, essencial para seu desenvolvimento educacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), promulgada em 20 de dezembro de 1996, no capítulo V, afirma que um aluno apresenta necessidades educacionais especiais ao enfrentar dificuldades significativas de aprendizagem, o que pode comprometer seu progresso nas atividades curriculares. Com base nesta legislação, um aluno diagnosticado com uma necessidade especial, como a dislexia, tem direito ao suporte especializado da instituição de ensino.

O interesse pela investigação da dislexia emergiu durante uma disciplina do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins, que abordava as diferenças no ambiente escolar, incluindo os transtornos específicos de aprendizagem. Durante o decorrer do curso, surgiram questionamentos, especialmente sobre quais práticas pedagógicas poderiam ser mais eficazes no apoio a esses alunos, o que estimulou a realização desta pesquisa.

Durante a investigação, constatou-se uma escassez de estudos científicos sobre o tema no Brasil. Assim, a pesquisa teve como objetivo analisar o processo de inclusão de alunos disléxicos e as intervenções necessárias para sua aprendizagem nos anos iniciais. O intuito foi compreender a dislexia,

conhecer as legislações que sustentam a educação inclusiva, identificar formas de intervenção e avaliar como a inclusão desses alunos está sendo efetivada no ensino regular.

Adotou-se uma metodologia qualitativa e bibliográfica, com o objetivo de revisar e analisar a literatura disponível. Conforme aponta Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica busca referências teóricas já publicadas em livros, artigos e sites, constituindo uma etapa crucial na elaboração de qualquer trabalho científico.

Para a coleta de dados, foram consultadas as bases de dados do Google Acadêmico e da CAPES, utilizando os termos: Dislexia, Intervenções Pedagógicas e Inclusão. A análise foi qualitativa, selecionando sete estudos, entre dissertações de mestrado e teses de doutorado, publicadas entre 2019 e 2023. A revisão sistemática das informações possibilitou a escolha dos trabalhos que fundamentam esta pesquisa.

Conceituando a Dislexia

O termo dislexia, derivado do grego, é traduzido como "dificuldade com as palavras", conforme apontam Pinheiro e Scliar-Cabral (2017). De acordo com a *International Dyslexia Association* (IDA), esta condição impacta aproximadamente 10% da população global, totalizando mais de 700 milhões de indivíduos. No contexto brasileiro, estima-se que haja mais de 8 milhões de pessoas disléxicas, correspondendo a cerca de 4% da população. O DSM-V classifica a dislexia como um Transtorno Específico da Aprendizagem de origem neurobiológica, que se divide em duas categorias principais: dislexia do desenvolvimento e dislexia adquirida.

A dislexia do desenvolvimento é uma condição inata, manifestando-se desde o nascimento. Em contrapartida, a dislexia adquirida ocorre devido a lesões cerebrais ou problemas de saúde, como um Acidente Vascular Cerebral (AVC), comprometendo as habilidades de leitura e escrita. Este tipo é conhecido como alexia, que se caracteriza pela incapacidade de decodificar e compreender a linguagem escrita, geralmente em decorrência de lesões cerebrais.

Pinheiro e Scliar-Cabral (2017) ressaltam que a dislexia adquirida pode aparecer após danos na região occipitotemporal ventral esquerda do cérebro.

Assim como existem variações de afasia, diversos tipos de dislexia foram identificados, dentre os quais se destacam a dislexia fonológica, a dislexia superficial e a dislexia profunda, sendo essas as mais estudadas. A dislexia do desenvolvimento afeta o aprendizado da leitura desde a infância, com raízes em fatores neurobiológicos. A Associação Brasileira de Dislexia descreve essa condição como um transtorno caracterizado por dificuldades no reconhecimento de palavras, na decodificação e na soletração, frequentemente ligadas a um déficit no componente fonológico da linguagem.

Segundo Pinto (2012), a Associação Internacional de Dislexia, em 2003, definiu a dislexia como uma incapacidade específica de aprendizagem, marcada por dificuldades na leitura e na ortografia, resultantes de um déficit fonológico em relação a outras habilidades cognitivas. Pinheiro e Scliar-Cabral (2017) também afirmam que a dislexia do desenvolvimento é acompanhada por dificuldades na leitura, escrita e soletração, além de problemas relacionados à concentração e à memória de curto prazo.

Infelizmente, muitos alunos disléxicos enfrentam marginalização nas instituições de ensino, consequência da falta de entendimento por parte de familiares, educadores e colegas. É fundamental reconhecer que esse transtorno não é um reflexo de baixa capacidade intelectual, educação inadequada ou um ambiente familiar desfavorável, sendo imperativo oferecer suporte a esses alunos para que possam alcançar seu pleno potencial.

A dislexia é uma condição permanente, ou seja, a deficiência neurobiológica persiste mesmo após intervenções e ensinamentos. A intensidade das dificuldades em associar a linguagem escrita à falada pode variar; enquanto alguns indivíduos apresentam dislexia leve, outros enfrentam desafios mais sérios. A diferenciação nas definições de dislexia entre a OMS e o DSM-5 é significativa: enquanto a CID-10 considera a dislexia um transtorno específico da leitura, o DSM-5 a insere em um contexto mais amplo de transtornos específicos de aprendizagem, que também incluem dificuldades em escrita e matemática.

A OMS destaca que a principal característica da dislexia é um comprometimento notável no desenvolvimento das habilidades de leitura, que não pode ser atribuído a fatores como idade mental ou escolaridade inadequada. Crianças com transtorno específico de leitura frequentemente lidam com dificuldades em soletração e podem apresentar problemas emocionais ou comportamentais.

Conforme o DSM-5 (2014), é essencial diferenciar entre estilos de leitura que apresentam dificuldades de compreensão e a dislexia. A avaliação da qualidade de leitura deve ser abrangente e baseada em múltiplos critérios. A Associação Brasileira de Dislexia observa que essa condição geralmente se revela no ambiente escolar, onde as habilidades de leitura e escrita são cruciais. Alguns sinais podem ser notados tanto em contextos educacionais quanto em casa. Portanto, ao identificá-los, é fundamental que a criança passe por uma avaliação com profissionais qualificados. Quanto mais cedo a dislexia for identificada, maiores serão as chances de assegurar o aprendizado e a qualidade de vida das pessoas afetadas.

A Legalidade

Segundo o Ministério da Educação (MEC), a educação inclusiva é um modelo que busca assegurar a participação e a aprendizagem de todos os alunos, independentemente de suas habilidades, necessidades especiais ou diferenças. Este conceito surgiu na década de 1990, fundamentado em tratados internacionais, como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNICEF, 1990) e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994). O primeiro documento visa garantir uma educação básica de qualidade para todos, sem exceções. Por sua vez, a Declaração de Salamanca enfatiza a importância da educação inclusiva, assegurando que todas as crianças, incluindo aquelas com deficiência, possam acessar e participar de escolas regulares.

Na legislação nacional, a Constituição Federal de 1988 estabelece, no capítulo III, seção I, artigo 205, que "a educação é um direito de todos": [...] Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será

promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, 1988)

De acordo com a Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 20 de dezembro de 1996, trata diretamente da educação especial, buscando garantir a inclusão e o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades. Este documento estabelece diretrizes para a oferta de serviços e recursos que favoreçam a igualdade de oportunidades e o pleno desenvolvimento desses estudantes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) também assegura o direito a uma educação de qualidade, garantindo acesso, permanência e aprendizado adequados para todas as crianças. Outro documento fundamental, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2, 2001), define princípios e estratégias para a inclusão de alunos com necessidades especiais nas escolas regulares, garantindo que esses estudantes sejam matriculados e acompanhados em todas as modalidades da Educação Básica.

As Necessidades Educacionais Especiais (NEEs) referem-se a condições que podem dificultar o aprendizado e a participação plena na escola, como deficiências físicas, sensoriais ou intelectuais, além de transtornos do espectro autista, entre outros. Os transtornos de aprendizagem também são classificados como NEEs, conforme afirmam Rafagni, Rodrigues e Koloski (2020).

As autoras enfatizam a distinção entre Educação Especial e Educação Inclusiva a educação especial é uma modalidade que engloba todos os níveis de ensino, utilizando recursos didáticos para atender diversas necessidades [...] enquanto a educação inclusiva tem o propósito de atender todos que, temporária ou permanentemente, apresentem NEEs, incluindo grupos minoritários. A educação inclusiva abrange toda a população, enquanto a educação especial se refere a uma modalidade que proporciona Atendimento Educacional Especializado (AEE). (Rafagni; Rodrigues; Koloski, 2020).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que orienta a educação básica, destaca a relevância de fomentar uma educação inclusiva que respeite a diversidade e promova a igualdade de oportunidades (Brasil, 2017). Portanto, ao examinarmos as leis e documentos sobre educação inclusiva, nota-se que alunos com dislexia devem ser inseridos no ensino regular, recebendo oportunidades iguais de aprendizado. Isso é viável, pois, com adaptações e recursos específicos, como materiais em áudio, jogos educativos, apoio de professores especializados e tempo adicional para atividades e provas, esses alunos conseguem desenvolver seu processo de aprendizagem de forma satisfatória e inclusiva.

É imprescindível ressaltar a importância da formação continuada dos educadores, incluindo aprimoramento em educação inclusiva, para que possam atender às particularidades de seus alunos. De acordo com o Conselho Nacional de Educação (Resolução CNE/CP nº 1, 2020), no Capítulo II, Art. 6º, as diretrizes curriculares para a formação inicial de professores da Educação Básica contemplam a atualização permanente sobre a aprendizagem dos alunos, seus contextos e as metodologias apropriadas. Essa atualização visa alicerçar as decisões pedagógicas em evidências científicas, levando em conta o impacto de cada fator nos resultados de aprendizagem. No ambiente inclusivo para alunos disléxicos, essas atualizações são fundamentais para o planejamento das aulas e a promoção do engajamento no processo inclusivo.

Intervenções Pedagógicas para Alunos com Dislexia

As intervenções pedagógicas constituem um conjunto de estratégias e ações que os educadores aplicam com o intuito de facilitar o aprendizado e o desenvolvimento dos alunos. De acordo com Rafagni, Rodrigues e Koloski (2020), tais intervenções são adaptações curriculares criadas para atender às necessidades específicas de cada estudante. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) recomendam que os professores planejem intervenções pedagógicas levando em consideração as particularidades educacionais de cada aluno, ajustando-as aos programas de ensino.

Um aspecto crucial nesse processo é o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI). O PDI tem como objetivo identificar as necessidades e potencialidades de cada aluno, estabelecendo metas e ações concretas para seu crescimento acadêmico, social e emocional. Este plano é produzido em colaboração com professores, orientadores e a família, funcionando como um guia para direcionar as intervenções e o suporte necessários.

Poker et al. (2013) apud Rafagni, Rodrigues e Koloski (2020) descrevem o PDI como um mecanismo em construção contínua e passível de revisões e adaptações, devendo ajustar-se às necessidades de cada rede de ensino, escola, professor e, principalmente, à realidade e às necessidades educacionais de cada aluno. Assim, o PDI é caracterizado pela sua flexibilidade, sempre com o objetivo de aprimorar o desempenho do estudante.

Para atender professores e alunos disléxicos, é necessário realizar algumas adaptações curriculares dentro da sala de aula regular. Diversos procedimentos, metodologias e materiais podem ser modificados para melhor atender essa realidade, sem a necessidade de encaminhamento para salas de recursos. A Associação Brasileira de Dislexia destaca que não é necessário que alunos disléxicos fiquem em classe especial. Alunos disléxicos têm muito a oferecer para os colegas e muito a receber deles. Essa troca de saberes, além de afetos, competências e habilidades, ajuda a aumentar a amizade, a cooperação e a solidariedade (Associação Brasileira De Dislexia, 2019).

Dessa forma, enfatizamos a relevância da criação do PDI para esses alunos e, a partir dele, a definição de objetivos e metas que garantirão um desenvolvimento eficiente da aprendizagem.

A Intervenção como Solução

Uma das investigações abordadas, conduzida por Cardoso (2019), demonstra que os educadores de língua portuguesa exercem um papel crucial na identificação precoce da dislexia. Este transtorno afeta a consciência fonológica, tornando a leitura e a escrita mais desafiadoras. O estudo teve como objetivo principal analisar como o conhecimento dos professores influencia a

detecção da dislexia no ensino fundamental. A pesquisa incluiu 16 instituições, sendo oito públicas e oito privadas, em duas cidades do sudoeste da Bahia. Para a coleta de dados, foram utilizados diversos instrumentos, como testes psicológicos, atividades de leitura e escrita, avaliação da consciência fonológica, além de um questionário para verificar a compreensão dos educadores acerca da dislexia.

Um instrumento de triagem foi criado para identificar indícios do transtorno, fundamentado nos critérios de diagnóstico do DSM-5 (APA, 2014) e no modelo de dupla rota da leitura (Coltheart et al., 2001). Esse instrumento possibilita a identificação da dislexia, permitindo que os professores implementem estratégias que atenuem os impactos prejudiciais desse transtorno no ambiente escolar. No entanto, é imprescindível que profissionais qualificados realizem uma avaliação precisa para um diagnóstico correto, conforme enfatiza a Associação Brasileira de Dislexia. Ao perceberem dificuldades em leitura, escrita e compreensão, os educadores podem facilitar o encaminhamento para uma equipe multiprofissional.

Cardoso (2019) também observou que menos da metade dos professores entrevistados possui conhecimento sobre a dislexia, indicando a urgente necessidade de capacitações focadas em transtornos de aprendizagem e neurociências, especialmente diante do aumento da população de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas salas de aula. Pinheiro e Sciliar (2017) complementam que a detecção precoce da dislexia aumenta as chances de sucesso na aprendizagem de alunos disléxicos. A falta de conhecimento sobre essa condição pode resultar em um planejamento inadequado nas aulas, comprometendo o aprendizado dos estudantes.

White (2018) acrescenta que a identificação antecipada e a aplicação de estratégias baseadas em evidências no ensino da leitura favorecem a aprendizagem de alunos com dislexia. Pini (2019) identificou que o entendimento dos professores sobre dislexia é superficial e sugere a criação de um curso online na modalidade EAD denominado "Dislexia: definição, contexto e diálogo". O propósito deste curso é capacitar e informar os professores sobre transtornos de aprendizagem, em particular a dislexia. A autora sublinha que essa

ferramenta pode ser um recurso valioso para o desenvolvimento profissional dos educadores. A formação continuada, conforme a Resolução CNE/CP N° 1, de 27 de Outubro de 2020, é essencial para garantir a qualidade do ensino e deve atender às necessidades dos professores, promovendo a atualização de suas práticas pedagógicas.

Os dados da pesquisa de Pini (2019) revelaram que o curso foi eficaz e atendeu aos objetivos propostos, contribuindo significativamente para a formação contínua dos professores do ensino regular. Moran (2013) afirma que as tecnologias estão em constante evolução, proporcionando mais oportunidades para o aperfeiçoamento e capacitação dos educadores. Entretanto, essa é apenas uma das diversas formas de formação, sendo viáveis também cursos presenciais, workshops, palestras e grupos de estudo, entre outras atividades. Pinto (2009) distingue dois tipos de formação continuada do professor: a formal, vinculada a aprendizados em instituições especializadas, e a informal, resultante de experiências cotidianas e interações com outros profissionais.

Silva (2019) realizou sua pesquisa em Santa Bárbara d'Oeste, São Paulo, com a intenção de compreender a representação social dos professores e os impactos disso na prática pedagógica com crianças disléxicas. A pesquisa, de caráter qualitativo, incluiu questionários aplicados a docentes de instituições públicas. Os resultados indicaram que muitos professores só se aprofundam no tema quando têm alunos diagnosticados em sala de aula. Alguns relataram nunca ter tido contato com alunos disléxicos, evidenciando desconhecimento acerca do transtorno.

A BNCC enfatiza a necessidade de os professores estarem preparados para atender às diversidades dos alunos, considerando que cada um possui características e desafios singulares. As formações continuadas são insubstituíveis nesse processo. Lindemann (2020) realizou uma revisão sistemática sobre a eficácia das intervenções de leitura destinadas a crianças de 4 a 8 anos com dislexia, constatando que 82% das crianças participantes superaram os parâmetros de consciência fonêmica, evidenciando que, mesmo aquelas que requerem instruções intensivas, podem avançar junto a seus colegas. Os

materiais utilizados nas intervenções se destacaram, sendo muitos de natureza eletrônica ou online (29,2%), indicando uma tendência por esse tipo de abordagem.

Moran (2007) reitera que as tecnologias têm o potencial de criar processos de ensino-aprendizagem mais flexíveis e personalizados. Outra pesquisa relevante foi realizada por Souza (2020), que visou compreender como os professores mediam a aprendizagem de alunos disléxicos em escolas públicas do Ensino Fundamental I, em Feira de Santana, Bahia. Sua fundamentação teórica baseou-se nas obras de Vygotsky e em princípios da educação inclusiva, reconhecendo a diversidade e adaptando intervenções para aprimorar a aprendizagem.

O estudo utilizou uma metodologia de caso com métodos qualitativos, incluindo entrevistas e observações. Os resultados mostraram que a mera presença de um aluno disléxico na sala de aula não assegura sua inclusão, visto que os professores carecem de formação específica para atender às suas demandas. Real (2020) discutiu a ludicidade na inclusão de alunos disléxicos, desenvolvendo um jogo de tabuleiro pedagógico para facilitar a aprendizagem desses alunos. A autora buscou conscientizar os professores sobre a importância de estratégias lúdicas e aplicou um questionário para avaliar seu conhecimento sobre o ensino para alunos com dislexia. As interações com os professores foram consideradas produtivas, proporcionando novas percepções sobre o trabalho com alunos disléxicos e promovendo discussões que visam minimizar barreiras à aprendizagem e à inclusão social.

Pottmeier (2021) também investigou a inclusão escolar de disléxicos, ouvindo gestores, professores e familiares para compreender o processo. A pesquisa, com enfoque quali-quantitativo, revelou que, ao tratar da inclusão, os educadores frequentemente mencionavam a Educação Especial. É essencial diferenciar Educação Especial, que oferece serviços específicos, de Educação Inclusiva, que visa integrar e garantir a participação de todos os alunos. A autora ressalta a relevância da formação continuada dos educadores para que possam planejar atividades que atendam às necessidades dos alunos. Gadotti (1995) discute o planejamento escolar como uma ferramenta crucial para práticas

pedagógicas significativas. O planejamento deve envolver uma organização meticulosa das atividades e das estratégias de ensino, sempre levando em consideração as variadas características da sala de aula. Um planejamento eficaz proporciona ao professor uma visão clara do processo educativo, potencializando a realização dos objetivos de aprendizagem. Pottmeier (2021) destaca que existem ainda desafios na formação dos professores para práticas inclusivas, especialmente no que diz respeito à implementação de estratégias que atendam as necessidades individuais dos alunos, e enfatiza a importância do ensino híbrido, que oferece mais oportunidades para o desenvolvimento e a aprendizagem.

Considerações Finais

A partir dos estudos realizados nesta pesquisa, tanto no referencial teórico quanto nas análises sobre dislexia em si, foi possível verificar que a inclusão de alunos disléxicos no ensino regular enfrenta desafios significativos. Embora existam legislações e documentos que respaldam essa prática há cerca de duas décadas, sua implementação se dá de modo lento e gradual. Um dos principais obstáculos identificados é a carência de formação adequada dos docentes, o que compromete o planejamento das atividades pedagógicas necessárias para a inclusão desses alunos.

Outro ponto importante observado foi a dificuldade que alguns professores têm em compreender os conceitos de educação especial e educação inclusiva. Quando os educadores não têm clareza sobre o que envolve a educação inclusiva, torna-se mais desafiador atender de forma justa às necessidades educacionais de todos os alunos. Essa falta de entendimento pode resultar em exclusão, ausência de adaptações curriculares e no suporte essencial para garantir a igualdade de oportunidades no processo de aprendizagem. Portanto, é fundamental que os professores busquem capacitação e ampliem seus conhecimentos sobre educação inclusiva, assegurando assim uma educação de qualidade para todos.

No Brasil, legislações como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Decreto nº 7.611/2011, que regulam a educação especial, têm sido implementadas de maneira gradual. No entanto, os desafios para a efetivação dessas leis em todas as instituições de ensino ainda persistem. A inclusão escolar demanda uma mudança cultural, a adoção de práticas pedagógicas diversificadas e investimentos em recursos e formação para os profissionais da educação. Este é um processo em constante evolução que requer esforços contínuos para garantir a plena inclusão de todos os estudantes.

Com relação às atividades pedagógicas para alunos disléxicos, verificou-se que, ao serem aplicadas metodologias apropriadas, é possível fomentar o desenvolvimento da aprendizagem. Embora a dislexia não tenha cura, é plenamente viável levar uma vida normal, desde que haja o suporte adequado desde a pré-escola, permitindo que o processo de aprendizagem ocorra de forma gradual.

A formação continuada dos professores é essencial, pois possibilita a atualização de conhecimentos, o aprimoramento de habilidades e a criação de novas estratégias pedagógicas, tornando a prática docente mais eficaz e qualificada. As capacitações voltadas à Educação Inclusiva desempenham um papel significativo nesse contexto.

Em síntese, é possível incluir alunos disléxicos no ensino regular, propiciando que aprendam de forma significativa juntamente com seus colegas, desde que sejam realizadas as adaptações necessárias no currículo e um planejamento adequado por parte dos docentes. Com o apoio da escola e da família, esses alunos podem se desenvolver ao lado de seus pares de maneira não excludente.

Referências Bibliográficas

CARDOSO, H. dos S. P. **A influência do conhecimento dos professores do ensino fundamental na detecção da dislexia**. Dissertação (Mestrado em Ensino), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia Vitória da Conquista 2019.

COLTHEART, M.; RASTLE, K.; CONRAD, P., ROBYN, L.; JOHANNES, Z. (2001). **DRC**: A dual route cascaded model of visual word recognition and reading aloud. *Psychological Review*, 108(1), 204-256.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

LINDEMANN, R. **A Eficácia de Intervenções de Alfabetização e leitura em crianças de 4-8 anos**: Uma revisão sistemática/ Roberta Lindemann. - 2020.

MORAN, J. M. **A educação que desejamos novos desafios e como chegar lá**. Campinas: Papirus, 2007.

MORAN, J. M.; MASSETO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2013.

PINHEIRO, Â. M. V. **Dislexia**: causas e consequências/Ângela Maria Vieira Pinheiro, Leonor Scliar-Cabral. - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

PINI, W. C. S. **Dislexia e a formação de docentes**: Elaboração de um curso à Distância para professores do Ensino Regular. Bauru, 2019.

PINTO, C. M. R.G. F. **O dia a dia da dislexia em sala de aula**: os conhecimentos dos professores do 1º ciclo sobre alunos disléxicos. 107f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco, 2012.

POKER, R. B., MARTINS, S. E. S. de O., OLIVEIRA, A. A. S. de MILANEZ, S. G. C., & GIROTTO, C. R. M. (2013). **Plano de Desenvolvimento Individual para o Atendimento Educacional Especializado**. São Paulo: Cultura Acadêmica e Marília: Oficina Universitária, 2013.

POTTMEIER, S. **A inclusão educacional e o diagnóstico de dislexia**: o que enunciam estudantes, familiares, professores de língua portuguesa e gestores? / Sandra Pottmeier. 2021.

RAFAGNIN, D.; Rodrigues, M. E.; KOSLOSKI, P. E. B. **A Educação Inclusiva e os Transtornos Específicos de Aprendizagem**: em foco a Dislexia. 2020.

REAL, T. M. **O lúdico na inclusão de alunos com dislexia:** Um instrumento de intervenção e facilitador de aprendizagem. Niterói. 2020.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos:** satisfação das necessidades básicas de aprendizagem Jomtien, 1990. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por. Acesso em: 15 jun. 2023.

United Nations Children's Fund (UNICEF) (1990). **Declaração Mundial sobre Educação para Todos:** Conferência de Jomtien. Jomtien. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-dejomtien-1990>. Acesso em: 01 mar. 2023.

WHITE, J. M. (2018). **Discerning Fact from Fiction:** What Knowledge and Sense of Responsibility Do Pre-Service School Practitioners Have About Dyslexia? Tese de Doutorado, The University College, Arizona, EUA.